

Identidades linguísticas e resistências cotidianas de mulheres migrantes no Brasil /

Identidades lingüísticas y resistencias cotidianas de mujeres migrantes en Brasil


*Paula Dias Dornelas**

Doutoranda e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa CAPES/ProEx. É especialista em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela PUC Minas e graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFMG. Integra o Cio da Terra - Coletivo de Mulheres Migrantes.

 <http://orcid.org/0000-0002-2394-2370>

*Bárbara Mano de Faria***

Doutoranda em Linguística Aplicada e mestre em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Letras – Licenciatura Português/Francês pela mesma instituição, fez parte de seus estudos de graduação na Université Sorbonne Nouvelle – Paris III. Atua como professora de Francês como Língua Estrangeira e de Português como Língua de Acolhimento, sendo idealizadora, professora e coordenadora do Curso de PLAc para Mulheres do Coletivo de Mulheres Migrantes – Cio da Terra.

 <http://orcid.org/0000-0002-0978-1726>

*Silvana María Mamani****

Doutoranda e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Letras pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Atua como professora de espanhol e Português Língua Adicional e de Acolhimento (PLA/PLAc). Também é professora voluntária do Curso de PLAc para Mulheres do Coletivo de Mulheres Migrantes – Cio da Terra.

 <http://orcid.org/0000-0003-1249-7889>

Recebido em: 30 jun. 2022. **Aprovado** em: 21 ago. 2022.

*

 pauladdornelas@gmail.com

**

 bmfaria94@gmail.com

 pauladdornelas@gmail.com

Como citar este artigo:

DORNELAS, Paula Dias; FARIA, Bárbara Mano de; MAMANI, Silvana María. Identidades linguísticas e resistências cotidianas de mulheres migrantes no Brasil. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 3, p. 123-147, out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8152704>

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de discorrer sobre as resistências cotidianas, particularmente vinculadas à língua e à linguagem, adotadas por mulheres migrantes no Brasil. Entendendo o papel das interações e das trocas intersubjetivas para os processos de construção de identidades dos sujeitos, o artigo busca refletir sobre como essas mulheres resistem a quadros interseccionais de opressão, silenciamentos e violências. O estudo baseia-se em análises linguístico-discursivas de relatos de mulheres migrantes, nas contribuições de teóricas feministas e nas noções de identidade linguística e cultural. Esperamos, desse modo, expor como essas formas de resistência se desenvolvem frente aos desafios que o domínio de uma determinada língua representa para as vivências das pessoas, e se estende, até mesmo, para o nível de interações sociais mais complexas, que envolvem o reconhecimento das diferentes relações de poder e a tomada de posição frente a elas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres migrantes; Resistências; Identidade linguística; Identidade cultural; Migração.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir las resistencias cotidianas, particularmente vinculadas a la lengua y al lenguaje, adoptadas por mujeres migrantes en Brasil. Entendiendo el papel de las interacciones y los intercambios intersubjetivos para los procesos de construcción de las identidades de los sujetos, el artículo busca reflexionar sobre cómo esas mujeres resisten a marcos interseccionales de opresión, silenciamiento y violencias. El estudio se basa en el análisis lingüístico-discursivo de relatos de mujeres migrantes, en los aportes de teóricas feministas y en las nociones de identidad lingüística y cultural. Esperamos, de ese modo, exponer cómo se desarrollan esas formas de resistencia frente a los desafíos que representa el dominio de una determinada lengua para las vivencias de las personas, e incluso extendiéndose al nivel de interacciones sociales más complejas, que implican el reconocimiento de las diferentes relaciones de poder y sobre como colocarse para hacerles frente.

PALABRAS CLAVE: Mujeres migrantes; Resistencias; Identidad lingüística; Identidad cultural; Migración.

1 Introdução

Este trabalho se propõe a investigar e refletir sobre as formas de resistência adotadas por mulheres migrantes, observando o modo como marcadores como gênero, classe, raça e origem atravessam suas experiências, mas configuram formas de ação. Ao partir das contribuições de teóricas feministas (ANZALDÚA, 1987; 2009; CRENSHAW, 1989; COLLINS; BILGE, 2020; LORDE, 2019), da ideia de resistência cotidiana (SCOTT, 1990) e das noções de identidade linguística e cultural (CHARAUDEAU, 2015), pretendemos olhar para os discursos de mulheres migrantes¹ nascidas em países da América Latina e Caribe, de modo a refletir sobre estratégias de resistência cotidiana adotadas por essas mulheres, principalmente por meio da linguagem, da

1 Neste trabalho, optamos pela utilização da palavra genérica “migrante” para nos referirmos às mulheres imigrantes e refugiadas, uma vez que nosso objetivo é focar, sobretudo, sua condição de vida, como sujeitos deslocados, independentemente de seu estatuto jurídico.

manutenção de traços das línguas maternas e da enunciação de posicionamentos frente a situações de desrespeito e violência.

Frutos de lutas, pressões e conquistas de intelectuais e ativistas feministas (PERES; BAENINGER, 2016), têm sido mais presentes, na literatura acadêmica, pesquisas que abordam a centralidade do gênero — e de outros marcadores — para se pensar os deslocamentos populacionais, bem como as trajetórias e experiências das pessoas que migram. No campo das teorias feministas, a heterogeneidade das experiências das mulheres, a pluralização dos feminismos e a importância de se atentar para as múltiplas relações de poder e opressão que atravessam as vivências de mulheres têm sido tematizadas por autoras que apontam para a importância da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; COLLINS; BILGE, 2020; GONZALEZ, 2020 [1983]) e da consideração de experiências de mulheres diferentemente localizadas socialmente, como aquelas que habitam, constroem suas identidades e atuam nas fronteiras (ANZALDÚA, 1987).

Nesse sentido, é importante refletir sobre as dinâmicas em torno dos paradoxos da identidade e da diferença, levando em consideração como as vivências de sujeitos são caracterizadas por processos intersubjetivos e relacionais que, muitas vezes, são marcados por tensões, conflitos e alteridades. Quadros de estigmatização, violência e desrespeito podem, desse modo, atravessar a experiência das mulheres migrantes e interferir no modo como elas se enxergam e constroem suas identidades, podendo, em contrapartida, motivar formas de ação e resistência (HONNETH, 2013).

Diante dessas considerações, pretendemos observar, com base na análise linguístico-discursiva de relatos de mulheres migrantes, os traços de identidade linguística e cultural que representam as resistências cotidianas de mulheres migrantes. A proposta é refletir sobre o modo como diversas categorias de opressão atravessam seus projetos migratórios, evidenciando como essas mulheres, por meio da linguagem, questionam quadros de violência, racismo, xenofobia e outras formas de discriminação.

Para tanto, este artigo se estrutura da seguinte forma: inicialmente, trataremos, ainda que brevemente, das principais perspectivas e abordagens teóricas mobilizadas. Em seguida, apresentaremos o percurso metodológico traçado para a construção do trabalho, o que nos levará à exposição das análises e dos resultados obtidos.

2 Caminhos teóricos: das resistências cotidianas às identidades linguísticas

Abordagens feministas que analisam como as migrações são atravessadas por questões relacionadas a gênero, classe, raça, etnia e outros marcadores da diferença, como aponta Adriana Piscitelli (2013), inserem-se em campos teóricos que evidenciam o papel das práticas transnacionais desenvolvidas pelas mulheres e outros grupos socialmente marginalizados, bem como focam nos modos pelos quais as migrantes constroem seus projetos, deslocamentos, práticas e formas de agência e resistência através das fronteiras. Na literatura voltada para as migrações e, principalmente, no campo das Ciências Sociais de forma mais ampla, há diversas autoras que se debruçam sobre o tema, contrapondo-se à invisibilidade teórica que, durante muitos séculos, foi dada aos deslocamentos das mulheres (HONDAGNEU-SOTELO; CRANFORD, 1999).

Nessa perspectiva, muitas obras destacam, entre outros aspectos, o modo como o patriarcado e as desigualdades operam nas relações familiares estabelecidas transnacionalmente (PEDONE, 2008; ASSIS, 2003; PARREÑAS, 2005), a forma como os deslocamentos impactam e ressignificam dinâmicas de cuidado e maternidade (DREBY, 2007; 2010; OLIVEIRA, 2018; HONDAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997), os processos de construção de fronteiras e o modo como elas atravessam física e simbolicamente as experiências de mulheres em deslocamento (ANZALDÚA, 1987; PADOVANI; NAVIA; MUELLE, 2020), além de discussões sobre políticas migratórias, papel do Estado e acesso a direitos por migrantes nos mais variados locais (PEDONE; ARAÚJO, 2008; SASSEN, 2003; MAGLIANO; DOMENECH, 2009).

Muitas dessas autoras destacam como os processos de deslocamento envolvem, contudo, diversas relações de poder, formas de desrespeito e situações de violência e estigmatização, que podem afetar o modo como as pessoas migrantes se enxergam e constroem suas identidades e formas de ser e estar no mundo. Como apontam Padovani, Navia e Muelle (2020), as fronteiras produzem e atravessam simbolicamente as experiências de mulheres, de modo que atributos como gênero, raça, nacionalidade, classe e sexualidade, por exemplo, permeiam não só as relações estabelecidas transnacionalmente por essas pessoas, mas os sentidos atribuídos à mobilidade.

Embora não trate do fenômeno migratório, ao falar sobre o contexto racial brasileiro, Lélia Gonzalez (2020 [1983]) aponta como a articulação entre racismo e sexismo produz graves efeitos sobre a vida das mulheres negras, em particular. A construção de imagens e estereótipos como

os da “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”, por exemplo, reforça processos amplos de dominação, fortalece mitos como o da democracia racial e nega a essas mulheres “o estatuto de sujeito humano” (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 84). E esses sistemas de representação e significação estão presentes nos mais variados espaços:

Ao levarmos em consideração que a ideologia é veiculada nos meios de comunicação — na escola, nas teorias e práticas pedagógicas —, vamos constatar o quê? Sabemos sempre que a escolha de um sistema de representação, de classificação, valoração e de significação nos remete sempre a uma cultura dominante. (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 245)

Esses sistemas de poder interseccionais, nas palavras de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) produzem lugares sociais desvantajosos para algumas pessoas, enquanto posicionam outras de forma privilegiada. Citando como exemplo os trabalhos no setor do vestuário, as autoras apontam como a força de trabalho nesses espaços é feminilizada e, em muitos países, como no Brasil, envolve a atuação de migrantes, principalmente indocumentadas. Nesses e em outros espaços e setores, “pobreza, analfabetismo, gênero, idade, status migratório, raça, casta ou etnia tornam essa força de trabalho mais vulnerável à exploração e violência capitalista e principalmente ao abuso físico e sexual” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 169).

Nesse sentido, essas formas de exploração, dominação e violência em relação às mulheres migrantes podem acontecer em ambientes como os de trabalho, mas também em discursos, representações sociais e interações cotidianas. Nas trocas intersubjetivas com outras pessoas, podem emergir situações de racismo, xenofobia, violência de gênero e outras formas de discriminação, como exposto nos relatos de nossas interlocutoras de pesquisa, que serão apresentados a seguir.

Sobre as experiências vivenciadas enquanto mulher migrante e o questionamento de relações de poder e quadros de exclusão, Gloria Anzaldúa (1987) é uma das autoras que se apresenta. Construindo teoria enquanto uma mulher chicana², lésbica, *mestiza* e “do Terceiro Mundo”, como se define, a autora expõe como as fronteiras podem adquirir significados diferenciados, permeando não só limites físicos, mas sociais, culturais, epistemológicos e corporais. Esses cenários de dominação, em contrapartida, devem ser questionados por lutas e formas de resistência, que envolvem não só as ações práticas, mas as linguagens e a língua. No caso de Anzaldúa (1987), sua escrita mescla diferentes gêneros textuais como poesia, mitos e texto acadêmico, em narrativas que misturam inglês, espanhol e outros idiomas. É por meio da

2 “Chicana” é um termo mobilizado para se referir às cidadãs (ou cidadãos) norte-americanas(os) de origem mexicana.

linguagem — no caso de Anzaldúa, escrita, principalmente — que a autora questiona relações de poder e reflete sobre dimensões políticas da construção de identidades, estabelecendo conexões entre idiomas, linguagens, relações sociais e poder.

Neste trabalho, para pensar sobre resistências cotidianas, em particular, no caso da análise do fenômeno migratório, entendemos ser importante refletir sobre estratégias “ocultas” (SCOTT, 1990) de luta contra situações interseccionais de desrespeito e discriminação, ações tomadas no âmbito da infrapolítica e da cotidianidade, como defende James Scott (1990). A escrita, a vocalização, o sotaque, os diversos registros linguísticos e o idioma, por exemplo, são pontos interessantes que, assim como nos mostra Anzaldúa (1987), articulam aspectos como cultura, poder, língua e identidade. De acordo com Audre Lorde (2019), é central ressignificar a linguagem que foi — e é — operada contra mulheres, transformando o silêncio em ação, tendo em vista as diversas formas de violência e silenciamento que atravessam suas experiências. Para a autora, esses processos são importantes tanto individualmente, em processos intersubjetivos de construção de identidades, quanto coletivamente, já que, na visão da autora, assumir o compromisso com a linguagem é também um trabalho coletivo, que envolve “a decisão de nos erguemos e nos mantermos unidas, a nós e à nossa comunidade, e de reconhecer e resolver nossos problemas juntas” (LORDE, 2019, p. 54).

Esses processos não são, contudo, isentos de conflito. Pelo contrário. No que diz respeito às noções de identidade linguística e cultural, Charaudeau (2015, p. 18) destaca que os mecanismos de construção identitária partem do “princípio da *alteridade*”, segundo o qual “a percepção do outro constitui, antes de mais nada, a prova da própria identidade”. Nesse sentido, o encontro com o outro se realiza por meio das ações que os indivíduos praticam na vida em sociedade e das representações que constroem de si e desse outro, evidenciando imaginários coletivos que manifestam “valores por eles compartilhados, nos quais eles se reconhecem e que constituem sua memória identitária” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21). Logo, os imaginários sobre a língua revelam “a maneira como os indivíduos se veem enquanto pertencentes a uma mesma comunidade linguística” (CHARAUDEAU, 2015, p. 25), sendo fundamentais para constituição de identidades coletivas.

No entanto, apesar de viabilizar a inserção social, a língua tende a ser fortemente vinculada a uma simbólica identitária com base em uma representação unitária da língua, segundo a qual o domínio compartilhado de uma língua identificaria os indivíduos em uma coletividade comum (CHARAUDEAU, 2015) e, portanto, legitimaria o pertencimento a determinada sociedade

ou cultura. Tal perspectiva se mostra, no mínimo, destoante dos processos de inserção que ocorrem pela via do acolhimento de mulheres, uma vez que as noções de identidade e diferença pressupõem relações sociais e, como nos lembra Silva (2000, p. 81), “sua definição — discursiva e linguística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder”. Desse modo, “fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças” e “um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 83).

Diante da pluralidade de experiências e localizações das mulheres e, mais especificamente, das mulheres migrantes, é importante compreender como esses aspectos da diferença estão em constante sobreposição, produzindo, também, formas de luta (COSTA, 2002). Ao revisitar os conceitos, perspectivas e debates em torno da construção do sujeito nos Feminismos e das dinâmicas relacionadas a questões como a identidade e diferença, Claudia de Lima Costa (2002) expõe como a articulação entre diversas posições dos sujeitos são base importante daquilo que lhes possibilita espaços de agenciamento e resistência. Para a autora, identidades múltiplas podem ser construídas nos entremeios de estruturas e discursos dominantes, o que demanda, por parte dos indivíduos, o questionamento de categorias pré-estabelecidas, bem como a reflexão, por parte da teoria, sobre os lugares desses sujeitos, de modo que a identidade e a política da diferença não sejam hierarquizadas, mas concatenadas.

3 Caminhos metodológicos

Antes de nos debruçarmos, mais especificamente, sobre os métodos e técnicas empregados para a elaboração do trabalho, julgamos ser importante enunciar de onde partimos. Entendemos, em consonância com epistemologias feministas (HARAWAY, 1995; HARDING, 1995), que nossas posicionalidades enquanto mulheres, pesquisadoras e ativistas importam e que as lentes analíticas e observações realizadas não são neutras, mas dotadas de significados e relações. Este trabalho, nesse sentido, parte da reflexão sobre pontos comuns entre as pesquisas desenvolvidas pelas autoras durante seus processos formativos no mestrado, bem como de suas experiências como ativistas de um coletivo de mulheres migrantes, formado por mulheres de diversas origens e nacionalidades, inclusive brasileiras.

Neste trabalho, além de informações obtidas em revisão bibliográfica, a geração de registros se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³, por uma das autoras durante sua pesquisa de mestrado (DORNELAS, 2020). Os relatos — para os quais adotamos uma abordagem interpretativista (YANOW; SCHWARTZ-SHEA, 2015) de análise — foram escutados em trabalho de campo realizado presencialmente entre os meses de julho e agosto de 2019, em que foram entrevistadas 20 mulheres migrantes, de diferentes países da América Latina e Caribe⁴, que residiam no Brasil, mais especificamente nas cidades de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP)⁵, há, pelo menos, seis meses. As entrevistas foram realizadas em português, em comum acordo com as interlocutoras de pesquisa⁶, em horários e locais escolhidos pelas próprias migrantes, como praças, cafés, eventos típicos e em suas próprias residências. Todas as conversas foram feitas individualmente, com exceção de uma delas, que, a pedido das entrevistadas, foi realizada em dupla. A duração média das entrevistas foi de 1h30.

Para fins deste trabalho, uma vez selecionados os trechos dos relatos em que as interlocutoras de pesquisa compartilham suas percepções sobre traços linguísticos e culturais que compõem suas identidades e que se evidenciam no contato com a sociedade do entorno, identificaremos, por meio de análise linguístico-discursiva, como essas representações demonstram formas de resistência cotidiana. Ancorando nossa análise e nossa interpretação dos dados nas teorias mobilizadas (SCOTT, 1990; CRENSHAW, 1989; COLLINS; BILGE, 2020; GONZALEZ, 2020 [1983]; LORDE, 2019; ANZALDÚA, 1987; 2009), partiremos de categorias

³ O TCLE, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, foi apresentado e assinado por todas as entrevistadas, seguindo as orientações pertinentes. Número do CAAE: 12529019.1.0000.5149.

⁴ A escolha pela América Latina e Caribe se justifica pelo interesse em observar as dinâmicas das migrações Sul-Sul, que têm sido marcantes no cenário migratório brasileiro contemporâneo. O grupo é constituído por mulheres das seguintes nacionalidades: 1 argentina, 2 chilenas, 2 colombianas, 3 peruanas, 3 venezuelanas, 4 bolivianas, 1 cubana, 1 mexicana, 1 hondurenha e 2 haitianas. A escolha das entrevistadas com base nessa distribuição não foi propriamente um critério de seleção, embora a pesquisadora tenha considerado a heterogeneidade, em termos de nacionalidade, idade, raça e escolaridade, como um aspecto relevante para a pesquisa.

⁵ A escolha por esses municípios se deu por três razões: (1) pela prévia inserção da autora nos campos dessas cidades; (2) por serem locais que possuem coletivos e organizações de mulheres migrantes; e (3) pelo interesse em observar se — e como — a existência de uma Política Municipal para Migrantes (no caso de São Paulo) poderia impactar nas formas de agência e mobilização dessa população.

⁶ Apesar disso, as interlocutoras tiveram acesso a dois modelos de TCLE: em português e em espanhol, para que preenchessem o documento no idioma em que se sentissem mais confortáveis. No caso das haitianas, não foi necessária a tradução do TCLE nem para o crioulo haitiano, nem para o francês, tendo em vista que as entrevistadas apresentavam maior proficiência em português e se sentiam confortáveis em se expressar na língua. Em alguns casos, durante as entrevistas, as participantes hispanofalantes preferiram narrar alguns acontecimentos em espanhol. Quando isso ocorreu, a transcrição foi feita no idioma original, de modo a preservar os relatos na íntegra, bem como as identidades linguísticas das entrevistadas.

linguísticas e enunciativas que emergem de modo mais contundente nos relatos das interlocutoras de pesquisa, para situarmos, na materialidade do texto, elementos discursivos que traduzem o tema das resistências cotidianas de mulheres imigrantes e refugiadas por meio da língua e da cultura. Esse “dispositivo individualizado de análise” (ORLANDI, 1999) foi desenvolvido, de forma mais ampla e detalhada, na pesquisa de mestrado de uma das autoras (FARIA, 2020) e transposto para este artigo com base em duas categorias de análise discursiva, fundamentadas no quadro teórico da Semântica Global de Maingueneau (2008).

Nessa perspectiva, a primeira categoria a ser considerada é a *dêixis enunciativa*, que consiste na relação estabelecida a partir da posição enunciativa “eu-aqui-agora”, a qual Benveniste (1989) define como aparelho formal da enunciação. Em outras palavras, ao dizer “eu”, o sujeito (se) instaura (em) seu próprio discurso como um ponto de referência situado em uma dimensão espaço-temporal, orientada pelo “aqui” e “agora” desse enunciador, além de instaurar um “tu” a quem seu ato de enunciação se dirige, uma vez que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva na pessoa, pois implica em reciprocidade” (BENVENISTE, 1988, p. 286). Essa reciprocidade, por sua vez, diz respeito à noção de subjetividade na linguagem, ou seja, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1988, p. 286) e, por que não, de identidade linguística e cultural.

É segundo esse aparelho formal da enunciação que as mulheres migrantes mobilizam, em seus relatos, um “eu-aqui-agora” que, dirigindo-se a um “tu/você”, retoma — direta ou indiretamente — um “ele-lá-então” que também compõe suas histórias, suas experiências migratórias e seus processos de construção identitária face à alteridade. Todas essas posições enunciativas materializam-se no discurso por meio de indicadores que remetem a classes gramaticais, como os pronomes e os advérbios, sinalizados nos trechos analisados conforme a legenda de cores que apresentaremos a seguir. Além desses indicadores, também uma série de indutores que constituem nossa segunda categoria de análise, isto é, a do *vocabulário*, mostram-se fundamentais para compreender de que modo essas mulheres lidam com questões linguísticas e culturais como formas de resistência cotidiana.

Para tanto, à luz de Turpin (2016), levaremos em consideração dois grupos de indutores. O primeiro deles, que compreende os indutores jurídicos e avaliativos, remete a “normas morais,

normas comportamentais, e até mesmo normas étnicas, postas ou, na maioria das vezes, pressupostas a partir da enunciação de seus contrários”, que podemos identificar, no texto, por meio do emprego de “nomes ou sintagmas nominais, adjetivos ou advérbios desvalorizantes ou com valor de diferenciação” (TURPIN, 2016, p. 122). Em nossa análise, designaremos esse grupo de indutores como indutores de normas sociais, por acreditarmos que essa terminologia se aplica, de forma mais abrangente, aos muitos referenciais relacionados a normas societárias que, nem sempre, têm respaldo jurídico ou são interpretadas nesse âmbito. Já o segundo grupo, o dos indutores retóricos, “remetem à norma de maneira implícita” (TURPIN, 2016, p. 122) e se manifesta pelo uso de atos de nomeação adotados pelas mulheres para representar outros sujeitos, com quem se identificam ou não, bem como elementos de suas vivências e resistências. Além disso, destacamos como indutores retóricos fortemente presentes em seus discursos a negação e a oposição – ora como indicadoras de uma “norma na negativa”, ora como operadoras de um contradiscurso, conforme apresentaremos, de forma mais detalhada, nas análises. Também esses indutores encontram-se sinalizados nos trechos de acordo com a legenda a seguir (Quad.1).

Quadro 1 - Legenda adotada para análise

Legenda adotada para identificar as categorias linguístico-discursivas nos textos analisados
Indicadores dêiticos de pessoa
Indicadores dêiticos de espaço e tempo
<u>Indutores jurídicos e avaliativos</u>
Indutores retóricos de negação / oposição
Atos de nomeação empregados para representar os sujeitos
Atos de nomeação empregados para representar elementos das vivências/resistências

Fonte: Elaborado pelas autoras do artigo.

Com base nessas categorias linguístico-discursivas, partiremos para a análise e a reflexão dos achados, à luz das teorias e abordagens mobilizadas.

4 Mulheres migrantes: identidades linguísticas e relatos de resistência

Diante dos apontamentos metodológicos e teóricos apresentados, partiremos para a exposição das análises de trechos das entrevistas realizadas. Antes de nos debruçarmos mais amplamente sobre as falas, apresentamos, abaixo, um breve quadro, que expõe o “perfil” das interlocutoras de pesquisa cujos trechos das conversas foram analisados neste trabalho (Quad.2).

Quadro 2 – Perfil das interlocutoras de pesquisa⁷

Nome	Nacionalidade	Idade	Ano de chegada/ Tempo de residência (2019)	Raça/cor	Orientação sexual	Estado Civil	Filhos/as	Escolaridade	Profissão e/ou cargo
Cora	Haitiana	36	2014 / 5 anos	Negra	Heterossexual	Casada	2	Ensino Médio incompleto	Desempregada
Pilar	Argentina	32	2018 / 1 ano e 5 meses	Branca	Bissexual	Solteira	0	Mestrado	Pesquisadora
Júlia	Hondurenha	20	2019 / 6 meses	Branca	Heterossexual	Solteira	0	Ensino Médio Completo	Estudante
Ana	Chilena	41	2010 / 9 anos	Branca	Heterossexual	Casada	1	Superior completo	Web Designer
Lúcia	Boliviana	38	2007 / 12 anos	Marrom	Heterossexual	Casada	2	Superior incompleto / Ensino Técnico	Designer

Fonte: Elaborado pelas autoras do artigo.

No excerto abaixo (Quad.3), Cora⁸ relata situações vivenciadas no cotidiano no país de destino. Nascida no Haiti, ela migrou com o objetivo de buscar tratamentos de saúde para seu filho, diagnosticado com paralisia cerebral. À época da entrevista, ela vivia no Brasil há cinco anos com seus dois filhos – o caçula nascido em Belo Horizonte – e um de seus irmãos, que já residia no país há mais tempo. Cora relatou várias situações de racismo, xenofobia e violência de gênero vivenciadas por ela e sua família desde a chegada no Brasil, incluindo episódios em espaços públicos, em serviços de saúde e no mercado de trabalho.

Seu discurso é instaurado em torno da posição enunciativa que assume ao (se) contar, marcada pelos indicadores dêiticos de pessoa “eu”, “me” e “meu”, além do emprego de verbos conjugados na primeira pessoa do singular (“sei”, “escutei”, “falei/falo” e “tenho”). Nessa perspectiva, seu relato é focalizado em uma experiência individual, embora recorrente em seu cotidiano, na medida em que a forma como ela diz ser representada não é vinculada a sujeitos específicos, mas generalizada como um tratamento social, ao recuperar esses sujeitos por meio

⁷ Os dados presentes no quadro se referem a 2019, ano em que foi realizado o trabalho de campo. Com exceção dos nomes, que são fictícios, todas as informações aparecem do modo como foram declaradas pelas entrevistadas.

⁸ Todos os nomes utilizados para identificar as participantes da pesquisa são fictícios, de modo a preservar a identidade das mulheres entrevistadas.

das designações “gente”, “eles”, “brasileiro”, “alguém” e “pessoas”. Tais atos de nomeação contribuem para marcar, discursivamente, um deslocamento simbólico de Cora em relação à sociedade em que se insere, caracterizada por uma suposta identidade coletiva da qual o “eu” não faz parte.

Quadro 3 - Relato de interlocutora de pesquisa

Tem gente que me vê e fala "ô morena!", mas eu não sei o que que é morena. Ou fala "ô piranha", eu não sei. Tem um moço que um dia escutou uma pessoa falando isso e me falou "olha, não deixa ninguém falar assim com você, não". Eu perguntei por que e ele disse "nossa, ele te xingou, piranha é alguém que é tipo piriguete, não deixa ninguém falar assim com você não. Eles veem que você não sabe o que é. Brasileiro é muito abusado, quando vê que você não sabe o que significa, eles falam assim com você." Aí depois, quando alguém me chamou desse jeito de novo, eu falei: "olha, deixa eu te falar uma coisa, meu nome é Cora. Eu tenho nome.". Então já escutei muitas vezes as pessoas chamarem desse jeito e eu respondia, mas não sabia o que era. Aí agora eu já falo o meu nome.

(Cora, haitiana, 36)

Fonte: Compilação das autoras.

Mulher negra e haitiana, ela conta como, mais de uma vez, foi interpelada na rua por pessoas que se referiam a ela, em discursos que se inserem em processos mais amplos de sexualização e racialização, como “morena” — e aqui raça se intersecciona com gênero — e “piranha”, termos comumente mobilizados de forma pejorativa, cujo significado ela não conhecia inicialmente. Desse modo, o verbo “saber”, empregado para tratar do conhecimento do vocabulário, bem como dos efeitos de sentido que os termos e as expressões adquirem conforme os contextos e as intencionalidades por trás de seus usos, funciona como um indutor de uma norma social, a saber, o domínio da língua portuguesa. Uma vez que o português é não apenas a língua falada majoritariamente no Brasil, como também (e principalmente) a língua oficial do país, tal estatuto linguístico supostamente legitima o pertencimento a uma identidade cultural e nacional que se pauta na proficiência no idioma. Logo, ao trazer para seu relato constatações como “não sei” ou “não sabia”, Cora emprega o indutor retórico de negação “não” repetidas vezes, o que reforça sua sensação de vulnerabilidade diante do tratamento social dirigido a ela, visto que não partilha — ou não partilhava — da mesma norma social.

Por outro lado, ao se encontrar com um brasileiro que, partilhando dessa identidade linguística, presencia uma cena na qual a haitiana é tratada como “morena” e “piranha” e adota uma atitude empática a ela, esclarecendo-lhe os sentidos dos atos de nomeação utilizados para representá-la, Cora se depara com a possibilidade de reagir, então, a uma terminologia que a prejudica por associá-la a um perfil estigmatizado segundo relações de poder interseccionais — ligadas a gênero, classe e raça. Assim, para quem a qualificava como tal, o fato de ela não

conhecer a carga semântica dessas palavras poderia subjugá-la, de forma discriminatória, segundo uma norma social pré-estabelecida (“quando vê que você não sabe o que significa, eles falam assim com você”). Em contrapartida, para o sujeito que a orientou, o conhecimento do vocabulário em questão seria não apenas um instrumento de defesa, mas também o estabelecimento, por ela própria, de outra norma social pautada no respeito e, aqui, instituída como uma norma na negativa (“não deixa ninguém falar assim com você, não”).

Ao ser informada sobre os sentidos em torno do uso desses termos e sobre o caráter pejorativo com o qual são empregados, Cora, então, passa a responder a essas menções, afirmar seu nome e enunciá-lo, rompendo com a atribuição de sentidos estigmatizantes ora dada por outrem. Esse posicionamento inaugura um novo momento — evidenciado até mesmo pelo emprego do indicador dêitico de tempo “agora” — a partir dessa ruptura e da ressignificação dos sentidos e das experiências vivenciadas por ela.

O relato abaixo (Quad.4) também traz elementos interessantes para pensarmos sobre xenofobia e resistências. Pilar é argentina e migrou para o Brasil para cursar a pós-graduação em uma universidade federal. Seu discurso também é instaurado em torno de um “eu”, evidenciado também por outros indicadores dêiticos de pessoa, como “me”, “comigo” e muitos verbos conjugados na primeira pessoa do singular (“pensei”, “fiquei”, “cheguei”, “perguntei”, “senti”, etc.). Os demais sujeitos mencionados em sua narrativa são associados, em geral, a determinadas coletividades, marcadas por atos de nomeação como “representação discente”, “colegiado”, “professores”, “outras pessoas” e “outros grupos sociais”. É interessante notar que as designações empregadas para tratar do corpo acadêmico funcionam também como indutores de normas sociais, uma vez que denotam um modelo de organização que pressupõe relações e hierarquias próprias à comunidade universitária. Por outro lado, ao representar estudantes que integram minorias sociais como “outros grupos”, ela se identifica com eles, ainda que se reconheça como membro de outra “categoria” (“estrangeira”) e que apresente o testemunho de uma experiência individual.

Quadro 4 - Relato de interlocutora de pesquisa

Mas depois, quando eu estava perto de fazer essa prova, me falaram que eu teria que escrever em português e eu não sabia. Eu pensei "como assim? uma prova de inglês, que eu tenho que escrever em português?!", então fiquei bem preocupada, porque eu cheguei no Brasil sem ter estudado português e perguntei para a representação discente se eu poderia pedir mais seis meses para fazer essa prova. E aí a chapa disse que tinha conversado com os professores, com o colegiado e que a situação era grave, porque se eu não fizesse essa prova eu teria que ir embora. Então aí teve uma reunião com outras

peças e uma discente me falou: "mas esse problema não é pessoal, é simplesmente porque você é estrangeira". Aí eu senti muita xenofobia. Porque eu comecei a imaginar todas as situações que essa moça poderia falar para outros grupos sociais, por exemplo: "ah, mas isso não é pessoal, é somente porque você é mulher", ou "ah, não é pessoal, é somente porque você é negro". Acho que essa foi uma das situações que mais me decepcionou. [...] Eu somente falei que eu achava que era pessoal. Falei assim, mais racionalmente. Falei que achava que era pessoal, porque era uma situação vinculada comigo. Com uma categoria da qual eu faço parte, então era pessoal. Mas a conversa acabou nessa hora, a moça foi embora e eu finalmente fiz meu ponto.

(Pilar, argentina, 32)

Fonte: Compilação das autoras

A questão central em torno dos temas da xenofobia e das resistências parte do fato de que, apenas ao chegar à universidade no Brasil, Pilar foi informada de que deveria fazer um exame de proficiência de língua inglesa cujas respostas deveriam ser dadas em português. Isso a preocupou, tendo em vista que, na época de sua chegada, ainda estava aprendendo a língua portuguesa e não havia sido informada sobre essa especificidade da prova. Novamente aqui, o domínio do idioma se configura como norma social, sendo que, no contexto migratório de Pilar, os usos do português não se restringem a interações cotidianas da vida em sociedade, mas também envolvem demandas acadêmicas que privilegiam a variante culta da língua, como apontam os indutores "prova", "escrever em português" e "estudado português". Ao buscar como solução uma extensão do prazo para fazer a prova, de modo que pudesse aprofundar seus estudos no idioma e, com isso, sentir-se apta a cumprir os requisitos para integrar a nova comunidade linguística, ela recebeu uma resposta negativa por parte da representação de estudantes. A justificativa dada foi a de que o problema não poderia ser resolvido porque Pilar "é estrangeira" - designação que lhe relega um lugar de não pertencimento à identidade linguística e cultural que define a comunidade discente.

Na medida em que Pilar é inserida em uma categoria como justificativa para a não resolução de uma demanda, há a demarcação de uma "estrangeiridade" que, nas palavras de nossa interlocutora de pesquisa, gerou decepção e evidenciou a xenofobia. Uma vez que sua condição é designada pelo corpo acadêmico como "grave" e "problema", mas tratada insistentemente como não pessoal, pela repetição do indutor retórico de negação "não", a irregularidade dessa condição é associada com a sua própria condição migratória, conforme evidenciado por atos de nomeação como "estrangeira", "situação vinculada comigo" e "categoria". Logo, se essa associação parte da "estrangeiridade" de Pilar com relação ao sistema de normas daquela comunidade, ela também reforça o pertencimento de Pilar a um outro sistema de normas identitárias, o que faz com que ela interprete o problema como pessoal e, assim, sinta a xenofobia.

Ao ser incluída nessa categoria excludente, contudo, Pilar faz o movimento de imaginar-se como parte de outros grupos sociais, na tentativa de dar significado à experiência vivida e realçar o ocorrido. Como resposta e exemplo de resistência, conta que se contrapôs ao discurso dado e “fez seu ponto”, fazendo-se ouvida e encerrando a discussão.

A marcação dessa “estrangeiridade”, ou seja, o reforço das diferenças entre os sujeitos durante interações comunicativas, é evidente ainda em outros relatos, como no de Júlia, abaixo (Quad.5). No caso dela, a migração também se deu dentro do contexto acadêmico, tendo em vista que a jovem saiu de Honduras para cursar a graduação em uma universidade brasileira. Ela também instaura seu discurso a partir do indicador dêitico de pessoa “eu”, que, somado a outros indicadores dêiticos como “me”, “mim” e verbos conjugados na primeira pessoa do singular (“falei”/“falo”, “percebi”, “posso”, “expresso” e “sei”), marca sua posição enunciativa e orienta as interações dialógicas e os fatos narrados. É interessante notar que a enunciativa mobiliza ainda os indicadores dêiticos de pessoa “a gente” e “você” para se referir a si e à comunidade linguística da qual faz parte — e, por que não, aos próprios migrantes, de um modo geral, que experienciam a “estrangeiridade” no contato linguístico com a sociedade de acolhida. Enquanto o indicador “a gente” denota uma identidade coletiva, funcionando como uma noção ampliada do “eu”, o indicador “você” representa um deslocamento que inclui o “eu” em um “você genérico”, a partir do qual o sujeito não se (auto)representa mais como enunciativo, mas como “toda uma classe de enunciadores e de eventos enunciativos”, evidenciando que “o que caracteriza aqui sua subjetividade [...] é a aptidão ou a obrigação de transitar sem parar de uma forma (im) pessoal a outra, para alcançar-se a *si mesmo como sendo um de outros*” (DAHLET, 2016, p. 86; grifo do original).

Quadro 5 - Relato de interlocutora de pesquisa

Uma vez eu falei "quatro", o número 4. E aí uma menina falou: "ai que chique, ela falou diferente". E eu falei: "não, eu falei quatro, é a mesma palavra". Mas eu já percebi isso e dá muita vergonha. Porque eu não posso me expressar como eu me expressei em espanhol, que eu sei falar de muitas coisas... Em português é muito difícil para mim. Por exemplo, falar de algo engraçado é muito diferente, aí dá vergonha falar. E agora que a gente aprende português, a gente aprende que vocês falam muito "né" ou "é". E as vezes você vai conversar em espanhol e acaba falando sem querer, aí pensa "não, eu não falo assim".
(Júlia, hondurenha, 20)

Fonte: Compilação das autoras

À época da entrevista, Júlia havia chegado ao Brasil há seis meses e, em vários momentos da conversa, destacou como o processo de adaptação a um novo contexto é marcado por desafios e complexidades, principalmente nos primeiros meses. Ela conta como, pelo fato de ser imigrante

e ter o espanhol como língua materna, é interpelada por outras pessoas que marcam a diferença linguística e ressaltam seu sotaque durante as conversações. Esse fato é materializado em seu discurso pelo emprego das expressões “falou diferente”, “me expresso em espanhol”, “sei falar”, “em português” / “em espanhol” e “aprende português”, as quais representam dois sistemas de normas linguísticas e, portanto, funcionam como indutores de normas sociais. Uma vez que reside no Brasil, as avaliações feitas por brasileiros quanto à forma como Júlia fala e se expressa são para ela, muitas vezes, fonte de constrangimentos e sentimentos como a vergonha, por perceber que o seu esforço de aprendizado da língua não se sobressai a traços que revelam sua identidade linguística e cultural, o que coloca o seu pertencimento à nova comunidade linguística sempre à prova de validação e legitimidade.

Por outro lado, ela ressalta como sua experiência de imersão em uma sociedade pautada no domínio da língua portuguesa como norma social acaba fazendo com que mobilize, por vezes, expressões comuns no português durante conversas em espanhol, o que representa para ela um deslocamento simbólico oposto, isto é, o de tomar para si, inconscientemente, traços da identidade linguística e cultural dos brasileiros, que acabam compondo sua identidade individual, a exemplo de todo o arcabouço de referências que contribuem para a construção identitária dos sujeitos a partir da marcação da identidade e da diferença. Como sugere Gloria Anzaldúa (2009, p. 27), ao tratar de sua escrita fluente em mais de um idioma, há a impressão de se estar “deixando de lado sua língua nativa”; é válido destacar, entretanto, que na frase “não, eu não falo assim”, ao utilizar o indutor retórico de negação “não”, associado à designação “assim” para representar os termos e as expressões em português, Júlia demarca sua posicionalidade enquanto falante de espanhol, recusando sua representação a partir de uma identidade linguística em outro idioma e a marcação da diferença que pode ser feita por outros sujeitos durante a interação.

A questão linguística também é apontada por Ana, outra interlocutora de pesquisa. Aos 29 anos, ela saiu do Chile com destino à Argentina, onde viveu durante alguns anos. Lá conheceu um brasileiro, com quem se casou e decidiu migrar para o Brasil. Nos excertos abaixo (Quad.6), Ana destaca questões relacionadas à criação de seu filho em um outro país e também fala sobre processos de estigmatização vivenciados por pessoas migrantes. No primeiro relato, é interessante notar que a instauração do discurso se dá pelo indicador dêitico de pessoa “a gente”, empregado como noção ampliada do “eu” e marcador de uma posição enunciativa que evoca uma identidade coletiva da qual a enunciativa faz parte, também representada pelo ato de nomeação “todo imigrante”. À medida que o relato se desenvolve, contudo, ela se individualiza ao contar suas

próprias experiências, por meio dos indicadores dêiticos de pessoa “eu” (e seu alocutário, “você”, posição que ela passa a ocupar na enunciação da pessoa com quem dialoga) e “meu” e dos verbos conjugados na primeira pessoa do singular (“gostei”, “falei”, “estou”, “vou” e “posso”). No segundo relato, essa posição enunciativa individualizada é predominante (“eu”, “mim”, “me”, “falo” e “acho”), embora “a gente” também apareça uma vez para tratar de uma nova noção ampliada, ou seja, a de “eu” + demais mulheres migrantes que participam de uma rede de apoio da qual ela faz parte. Além das designações “muitas mulheres” e “elas” para tratar dessas mulheres, vários atos de nomeação são empregados para representar a sociedade do entorno de forma genérica: “as pessoas”, “ninguém”, “alguém” e “outras pessoas”.

Quadro 6 - Relato de interlocutora de pesquisa

Mas, assim, a xenofobia também acontece. Todo imigrante, a gente foi percebendo isso nesse trabalho, que todo imigrante sofre, até o mais privilegiado... porque tem muita piada assim, sei lá, "ah, você ainda fala com sotaque", "você agora é brasileira" - tipo, é... não, mais ou menos. Uma que eu não gostei nada foi uma vez que falaram "ah, você está aculturando seu filho". E eu falei: "eu não estou aculturando nada, meu filho é metade brasileiro - porque o pai é brasileiro - e metade chileno. E eu vou tentar dar o máximo que eu posso, passar para ele..."

Bom, na rua as pessoas as vezes ficam olhando, porque falo espanhol com meu filho, as pessoas ficam olhando "nossa, ele fala espanhol", "ah, ele fala português também", tipo, dá uma curiosidade mas ninguém fala nada. Claro que se alguém fala é "ah, que bonitinho", sempre uma resposta boa. Mas, para mim, as formas de resistência são, sei lá, ir todas juntas no metrô falando espanhol, sabe? Nem aí para as pessoas. [...] Acho que para mim a resistência está mais no fato de a gente se encontrar, criar essas redes, essa proteção... por exemplo, eu demorei uns 3 anos para me sentir à vontade aqui. E com nosso grupo tem muitas mulheres que chegam e com 4 meses, 5 meses, sei lá, assim que chegam já tem um âmbito, já tem com quem falar, elas têm a oportunidade de ver que outras pessoas também têm as mesmas experiências, então acho que isso é uma forma importante de resistência.

(Ana, chilena, 41)

Fonte: Compilação das autoras

No início de seu relato, ao fazer uso de uma generalização por meio do ato de nomeação “todo imigrante”, Ana evidencia a extensão do fenômeno da xenofobia, praticamente onipresente nas conversas e experiências cotidianas vivenciadas pelos migrantes no Brasil, uma vez que essa forma de violência surge em comentários comumente feitos por brasileiros. Se, nos relatos anteriores, a xenofobia foi identificada a partir da afirmação, por brasileiros, de uma identidade linguística e cultural da qual os migrantes não fazem parte, por mais que se esforcem para aprender o português, no relato de Ana, aparece um elemento novo: a tentativa de fazer coexistir duas bases linguísticas no processo de formação identitária de seu filho, cujo pai é brasileiro. Essa coexistência, representada pelos indutores “falar português” e “falar espanhol”, que correspondem

a normas sociais em suas respectivas comunidades linguísticas, é questionada por uma série de julgamentos feitos por brasileiros, como o de que “falar com sotaque” é algo negativo e deslegitima seu pertencimento à comunidade e o de que a manutenção de ambas as línguas promove uma “aculturação” que funciona como marcador da identidade e da diferença, afirmando a “estrangeiridade”.

Apesar de atos de nomeação como “curiosidade” e “resposta boa”, empregados para tratar das reações dos brasileiros quando ela fala com seu filho em espanhol nos espaços públicos, Ana reconhece os olhares de estranhamento e as atitudes de xenofobia em suas vivências cotidianas e nas de outras migrantes, aos quais ela responde utilizando indutores retóricos de negação como operadores de um contradiscurso (“eu não estou aculturando nada”). O relato dessas experiências cotidianas aponta para formas de resistência em que muitas mulheres migrantes, em grupo e em espaços públicos como o metrô, por exemplo, optam por conversar em espanhol, contrapondo-se à presença das outras pessoas e a comentários ou constrangimentos que poderiam ocorrer nesses espaços. Essas ações evidenciam um contradiscurso coletivo, marcado pelo indutor retórico de negação “nem” na frase “nem aí para as pessoas”, que afirma uma identidade coletiva em contraposição a uma sociedade que as vê como estranhas.

Outro ponto destacado por Ana e retomado nos últimos relatos que apresentaremos a seguir, bem como por outras interlocutoras de pesquisa, diz respeito à importância da formação de redes e do apoio mútuo entre mulheres para se desvencilhar de situações de xenofobia, racismo e outras formas de violência. Estar com outras pessoas que vivenciam experiências semelhantes, nesse sentido, é entendido como algo que, além de significar uma forma de resistência, como apontado por Ana e Lúcia nos relatos abaixo (Quad.7), representa “proteção”, “oportunidade”, “refúgio” e “empoderamento”, em processos de luta coletivos e compartilhados entre mulheres (LORDE, 2019).

As questões culturais e a valorização desses elementos também são compreendidas como resistências, inseridas em processos do dia a dia e das interações cotidianas (SCOTT, 1990), tendo um significado também geracional. Para muitas interlocutoras de pesquisa, o idioma, os sotaques, as gírias e outros registros de linguagem são importantes não só para seus próprios processos migratórios, como para as vivências de seus filhos e filhas. Nos relatos abaixo, extraídos do diálogo entre Ana e Lúcia⁹, duas migrantes que participam de um grupo formado por

⁹ Como mencionado em outro momento, diferentemente das outras entrevistas, a conversa com Ana e Lúcia foi feita em conjunto, a pedido delas.

mulheres de diversas nacionalidades, poderemos identificar e analisar essas questões de forma mais profunda. Elas, que migraram de países distintos e em contextos e momentos de vida diferentes, destacam como as particularidades de cada uma são importantes para construções comuns mais amplas, que se baseiam, também, na compreensão, no respeito e no afeto entre mulheres migrantes.

Quadro 7 - Relato de interlocutoras de pesquisa

E tem uma questão que é bacana no grupo que é, por exemplo, uma das integrantes fala português, ela não se sente à vontade falando espanhol. Mas todas nós falamos espanhol e ela fala português e está tudo bem, sabe? Ninguém pede que ela fale português e ela também não fala "ai, vocês tem que falar português", não...

A questão para mim, essa questão cultural veio mais forte com o meu filho. Eu preciso, é uma necessidade que ele fale espanhol, e que ele fale não só espanhol, que ele fale chileno [risos]. Que ele conheça as gírias, as comidas, que mesmo que a gente vá nas férias, que ele se sintam parte. [...] E mesmo nesse âmbito... meu filho sempre ia nos eventos e era o local onde ele falava espanhol além de falar comigo. [...] E ele ganha também uma diversidade de sotaques, de palavras, tanto que agora a gente foi para o Chile e para ele não é mal, sabe, não teve nenhum problema. Então para mim isso foi muito bom e essa questão cultural veio. Veio também essa coisa de ah, se para a gente é tão difícil, imagina para todas as pessoas que nem tiveram oportunidade. Porque na escola falavam que não fariam outra língua porque atrapalhava o português, porque sofriam discriminação... então acho que a gente se converteu nesse espaço também de, não sei, de um refúgio, mas também essa coisa de empoderamento.

(Lúcia, boliviana, 38 e Ana, chilena, 41)

Fonte: Compilação das autoras

Em seu relato, Lúcia se vale de indicadores dêiticos de pessoa (“nós falamos”) que, ampliando a noção de “eu” para a de “nós”, focalizam as reflexões da enunciativa e as experiências relatadas no âmbito de uma identidade coletiva, representada pelo grupo de mulheres migrantes do qual ela faz parte. Em meio a esse “nós”, que se identifica em torno de uma norma social caracterizada pelo indutor “falar espanhol”, destaca-se, por outro lado, a referência a uma das integrantes do grupo que não partilha dessa norma social, sendo, portanto, designada na terceira pessoa do singular (“ela”). No entanto, é válido ressaltar que, apesar de Benveniste (1988) categorizar a terceira pessoa do singular como “não-pessoa”, por não participar ativamente do aparelho formal da enunciação, Lúcia a convoca em seu relato ao reproduzir a fala dessa integrante do grupo (“ai, vocês tem que falar português...”) e reinseri-la no ato de enunciação pelo uso do indicador dêitico de pessoa “vocês” – o qual, fazendo referência às demais integrantes do grupo, como a própria Lúcia, pressupõe a afirmação de um “eu” nesse discurso.

Assim, mesmo que essa colega não partilhe da norma linguística predominante no grupo, o que revela o indutor retórico de negação “não” (“ela não se sente à vontade falando espanhol”), a validação, pelo grupo, de uma outra norma linguística (“falar português”) leva à coexistência pacífica dessas duas identidades linguísticas e culturais. Com isso, é instaurada a convivialidade – ao invés da “estrangeiridade” – como norma social maior, fortalecendo as relações no grupo e orientando a percepção interna sobre essa questão, representada positivamente pelo ato de nomeação “bacana”.

Paralelamente, no relato de Ana, que também tratou do processo de formação identitária de seu filho nos excertos anteriores, a influência do grupo aparece no que ela denomina “questão cultural”, orientada pelo indutor da norma social/linguística “falar espanhol”, mas atravessada por outras normas sociais/linguísticas que marcam uma identidade por meio do reconhecimento e da valorização da diferença: “fale não só espanhol”, “fale chileno”, “conheça as gírias”, “se sinta parte”, “diversidade de sotaques, de palavras”. Desse modo, embora o domínio do espanhol seja designado por Ana como “necessidade”, em um primeiro momento, ele passa a ser nomeado como “oportunidade”, tendo em vista que outros espaços de convivência e formação no Brasil, como as próprias escolas, limitam as diferentes manifestações linguísticas e culturais sob pretexto de prejudicarem o aprendizado da língua portuguesa, como norma instituída no país, e comprometerem processos de inserção social das crianças migrantes: “na escola falavam que não falariam outra língua porque atrapalhava o português, porque sofriam discriminação...”.

Contrariamente a essa perspectiva, entretanto, Ana trata como problema o fato de seu filho, ao retornar ao Chile, não se sentir pertencente à comunidade de origem materna. Se, no discurso escolar, o indutor retórico de negação “não” desconhece o uso de outras línguas como normas sociais possíveis, na narrativa da viagem ao Chile, o indutor “não” é empregado como norma na negativa, ou seja, o domínio do espanhol e de outros elementos culturais referentes à cultura chilena contribui para que o filho de Ana passasse um período no Chile sem ter problemas de adaptação às normas sociais do país.

Finalmente, é válido destacar que, embora instaure seu discurso a partir dos indicadores dêiticos de pessoa que focalizam suas experiências individuais (“eu”, “mim”, “meu”, “comigo” e verbos conjugados na primeira pessoa do singular), Ana mobiliza o indicador dêitico “a gente”, como noção ampliada do “eu”, em dois momentos: no primeiro, para fazer referência a “eu + meu filho” e, no segundo, de forma mais ampla, a “eu + o grupo de mulheres migrantes do qual faço parte”. É a essa última referência que Ana atribui a maior contribuição para o seu processo de

construção identitária e, por extensão, o de seu filho e o de outras mulheres e famílias que compõem o grupo: sendo representado nominalmente como um “espaço” e um “refúgio”, seu valor é também associado a um outro ato de nomeação que define um traço fundamental da identidade cultural desse grupo, o “empoderamento”.

Considerações finais

Com base nas discussões e análises feitas, e partindo dos relatos das mulheres migrantes entrevistadas, foi possível observar como violências e formas de opressão e estigmatização atravessam as vivências dessas mulheres nos mais variados espaços: nos ambientes públicos, na universidade, nas interações cotidianas. Em muitos casos, esses quadros envolvem questões como racismo, xenofobia e violência de gênero que se manifestam, também, em silenciamentos e formas de ofensa que atribuem a essas mulheres uma posição de desconhecimento e estrangeiridade, negando a elas a possibilidade de estabelecer suas reivindicações no espaço público, de falar, de agir.

As experiências no país de destino também são marcadas, em contrapartida, por formas de agência e resistência que, frequentemente, perpassam aspectos relacionados à cultura e às diversas formas de linguagem, incluindo o idioma. Alguns dos exemplos observados e expostos pelas interlocutoras de pesquisa envolvem, como observado, a reivindicação do sotaque enquanto fonte de orgulho e marcador da identidade, a opção daquelas que já possuem fluência em português por conversar com outras pessoas no idioma materno em locais públicos, bem como a utilização de gírias e expressões em outra língua nas conversações cotidianas. Há, também, nos discursos analisados, uma valorização das experiências coletivas e compartilhadas entre migrantes, bem como a enunciação de suas posicionalidades enquanto mulheres e enquanto migrantes, seja para abordar os processos de desrespeito vivenciados, seja para reivindicar direitos, espaços de fala e questões de justiça.

Reconhecemos que a manutenção consciente dos traços linguísticos originários das línguas maternas de mulheres migrantes, nos seus diversos modos de expressão discursiva e nas trocas comunicativas realizadas com a sociedade do entorno, representa uma forma de resistir cotidianamente (SCOTT, 1990) às várias formas de imposição de poder associadas às categorias de opressão que atravessam a condição de mulher migrante. Compreendendo que, “seja qual for a razão (política, econômica, familiar ou outra), quem chega precisa de agir linguisticamente de

forma autônoma, num contexto que não lhe é familiar” (GROSSO, 2010, p. 66), entendemos, à guisa de conclusão, que essa reflexão se aplica ainda aos contextos de ensino-aprendizagem de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), por mais que este trabalho não se proponha a desenvolver a discussão, e sim, estimular debates futuros.

Uma vez que o público que busca o aprendizado da língua portuguesa nesse contexto vivencia, muitas vezes, necessidades e questões de sobrevivência urgentes, “a língua de acolhimento tem de ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática” (GROSSO, 2010, p. 74). Defendemos, pois, a ideia de que o conhecimento da língua portuguesa “deveria ser entendido como um *ativo* do qual a pessoa migrante poderia se valer para aproveitar oportunidades e aumentar sua capacidade de resposta, conseqüentemente, servindo como ferramenta para diminuir sua vulnerabilidade” (LOPEZ, 2018, p. 20; grifo da autora).

No caso das práticas de ensino de PLAc para mulheres migrantes, especialmente, devemos levar em conta uma política pedagógica e curricular que coloque em seu centro “uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las” (SILVA, 2000, p. 100), com base nas múltiplas identidades linguísticas e culturais que se afirmam como resistências cotidianas dessas mulheres. Finalmente, defendemos com Maher (2007, p. 267) que “todo projeto educativo voltado para o empoderamento de grupos minoritários no país tem que também contemplar a educação do entorno para a convivência respeitosa com as especificidades linguísticas e culturais desses grupos”.

É importante, nesse sentido, observar como práticas de ensino e aprendizagem do Português como Língua de Acolhimento devem se atentar para a centralidade desses elementos, bem como para os processos de construção de identidades linguísticas e culturais. Construir resistências e valorizá-las é também compreender a centralidade da língua e das linguagens para o questionamento de silenciamentos e relações de poder desiguais, respeitando os conhecimentos diversos e a multiplicidade de experiências que envolvem as trajetórias de mulheres migrantes.

CRediT

Reconhecimentos: Não é aplicável.

Financiamento: Não é aplicável.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Não é aplicável.

Contribuições dos autores:

Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. DORNELAS, Paula Dias.

Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. FARIA, Bárbara Mano de.

Conceitualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição. MAMANI, Silvana Maria.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/la frontera*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ANZALDÚA, Gloria. *The Gloria Anzaldúa Reader*. Duke University Press, 2009.
- ASSIS, Gláucia. "De Criciúma para o mundo": gênero, família e migração. *Campos-Revista de Antropologia*, v. 3, p. 31-49, 2003.
- BENVENISTE, Émile. A subjetividade da linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (orgs). *Discurso e (des)igualdade social*. Belo Horizonte: Contexto, 2015. p.13-29.
- COLLINS, Patricia Hill.; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. John Wiley & Sons, 2020.
- COSTA, Cláudia Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, p. 59-90, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAHLET, Patrick. Exclusão e (re)construção identitária na areia. In: LARA, G. M. P.; LIMBERTI, R. C. P. (orgs.). *Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 77-95.
- DORNELAS, Paula Dias. "Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira": lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil. *Dissertação (mestrado)*, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- DREBY, Joanna. Children and power in Mexican transnational families. *Journal of Marriage and Family*, v. 69, n. 4, p. 1050-1064, 2007.
- DREBY, Joanna. *Divided by borders: Mexican migrants and their children*. University of California Press, 2010.

FARIA, Bárbara Mano de. Representações sociodiscursivas de imigrantes e refugiados no cenário brasileiro contemporâneo. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F; LIMA, M. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

GROSSO, Maria José. Língua de acolhimento, língua de integração. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n.2, p. 61-77, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method. *Feminism and science*, p. 18-32, 1989.

HARDING, Sandra. "Strong objectivity": A response to the new objectivity question. *Synthese*, v. 104, n. 3, p. 331-349, 1995.

HONETTH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestine. "I'm here, but I'm there" the meanings of Latina transnational motherhood. *Gender & society*, v. 11, n. 5, p. 548-571, 1997.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; CRANFORD, Cynthia. Gender and migration. In: *Handbook of the Sociology of Gender*. Springer, Boston, MA, 1999, p. 105-126.

LOPEZ, Ana Paula de Araújo. A aprendizagem de português por imigrantes deslocados forçados no Brasil: uma obrigação? *Revista X*, Curitiba, vol. 13, n. 1, p. 9-34, 2018.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Autêntica Editora, 2019.

MAGLIANO, María José; DOMENECH, Eduardo E. Género, política y migración en la agenda global: transformaciones recientes en la región sudamericana. *Migración y desarrollo*, n. 12, p. 53-68, 2009.

MAHER, Terezinha Machado. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: Kleiman Cavalcanti. (Org.). *Linguística Aplicada – suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Gabrielle. *Motherhood across borders: Immigrants and their children in Mexico and New York*. NYU Press, 2018.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PADOVANI, Natália Corazza; NAVIA, Angela Facundo; MUELLE, Camila Esguerra. Mobilidades e Fronteiras: Perspectivas antropológicas feministas para uma mirada interseccional. *Vivência: Revista de Antropologia*, Rio Grande do Norte, n. 56, p. 13-20, 2020.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. *Children of global migration: Transnational families and gendered woes*. Stanford University Press, 2005.

PEDONE, Claudia; ARAUJO, Sandra Gil. Los laberintos de la ciudadanía. Políticas migratorias e inserción de las familias emigrantes latinoamericanas en España. *Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, v. 16, n. 31, 2008.

PEDONE, Claudia. “Varones aventureros” vs. “madres que abandonan”: reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 16, n. 30, p. 45-64, 2008.

PERES, Roberta; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. Anais, p. 1-16, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. EdUERJ, 2013.

SASSEN, Saskia. Contrageografías de la globalización género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Traficantes de sueños, 2003.

SCOTT, James. Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts. Yale University Press, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Identidade e diferença. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.

TURPIN, Béatrice. A discriminação dos ciganos na imprensa francesa. In: LARA, G. M. P; LIMBERTI, R.C.P. (orgs.). Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.117-133.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. Interpretation and method: Empirical research methods and the interpretive turn. Routledge, 2015.